

CONVERSA

ECONOMIA COM HO

Entenda como a economia afeta o setor hortifrutícola

Produto Interno Bruto (PIB), inflação, taxa de câmbio, juros e crises econômicas pelo mundo afora influenciam diretamente o setor hortifrutícola. Compreender melhor a relação dessas principais variáveis econômicas com o setor agrícola é importante para a tomada de decisão do produtor no dia-a-dia.

Para o fruticultor que comercializa no mercado externo é mais clara a interferência da macroeconomia no seu empreendimento. A influência direta vem tanto da taxa de câmbio, que tem grande importância sobre a receita que obtém, quanto da “saúde” dos países importadores. A crise econômica no último trimestre de 2008 e principalmente no primeiro semestre de 2009, por exemplo, levou europeus e norteamericanos a diminuírem suas compras de frutas brasileiras.

É importante ressaltar que todos nós fazemos parte da economia: produtores, consumidores, em-

presários, governo e o resto do mundo. São as decisões individuais sobre como gastar, investir ou poupar que formam a economia. O conjunto das decisões individuais dos produtores também afeta a economia do País e a sua relação com os demais. Os produtores rurais fazem escolhas sobre quanto e o quê plantar, afetando a oferta de produtos agropecuários e, conseqüentemente, os preços e o poder de compra do consumidor final – considerando-se estabilidade da sua renda. Além da oferta, ao empreender um negócio, o produtor torna-se consumidor de insumos de outros setores da economia ao mesmo tempo em que gera empregos que também acabam por distribuir renda para outros setores. Assim, o produtor rural é agente importante da economia de um país.

O agronegócio tem contribuído, e muito, para o crescimento econômico brasileiro. Graças ao aumento da produtividade e aos avanços tecnológicos, o produto se torna cada vez mais acessível à população, ajudando a conter a inflação. É também importante gerador de divisas através da significativa receita gerada com exportação, o que possibilita financiar importações de outros setores e pagamento da dívida externa.

Uma das formas de se medir a importância do agronegócio é a comparação do seu Produto Interno Bruto, o conhecido PIB, com o da economia total. O PIB mede a riqueza interna de um País (ou setor) e é o principal indicador da atividade econômica. Segundo cálculos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, da Esalq/Universidade de São Paulo, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o PIB do agronegócio representou, entre 2005 e 2008, cerca de



INDICADOR SOBRE HORTIFRUTICULTORES



25% do PIB brasileiro. Em 2008, o agronegócio gerou PIB de R\$ 764,5 bilhões, considerando-se a soma dos segmentos de insumos, primário (ou “dentro da porteira”), industrial e de distribuição. Não há dados exatos sobre a participação

do setor hortifrutícola no PIB do agronegócio, mas estimativas da **Hortifruti Brasil** são de que o segmento primário (“dentro da porteira”) somente dos produtos-alvo do projeto gerem riqueza anual na ordem de R\$ 10 bilhões.



PRODUTO INTERNO BRUTO

O que é PIB?

O Produto Interno Bruto (PIB) de um país representa o valor monetário de todos os bens e serviços gerados pelo país dentro dos seus limites geográficos em um determinado período. Existem diferentes formas de apurar esse indicador, sendo que a mais utilizada é sob a ótica da demanda. Neste caso, somam-se o consumo das famílias e do governo, gastos com investimento privado e a balança comercial.

Cálculo do PIB

$$\text{PIB} = \text{Consumo} + \text{Investimento} + \text{Gastos do Governo} + (\text{Exportação} - \text{Importação})$$

Consumo privado = representa todos os bens e serviços consumidos pelas famílias, como alimentação, lazer, educação, entre outros.

Investimento = Investimento realizado pelo setor privado (empresas e famílias). Representa a formação bruta de capital fixo da economia - compra de maquinários ou construção de casas e instalações - e formação de estoques.

Gastos do Governo = Gastos efetuados pelo governo (bens e serviços), incluindo salários dos funcionários públicos e investimentos em infra-estrutura, como a construções de estradas.

Exportação – Importação = Exportações menos importações de bens e serviços.

O PIB serve como medida de crescimento da economia e está relacionado com outros agregados econômicos, como taxa de desemprego, de juros, inflação e câmbio. Um aumento no valor do PIB pode decorrer do crescimento de gastos e/ou de investimentos, e isso leva à redução da taxa de desemprego. Por outro lado, um aumento dos gastos do governo e/ou das famílias, por exemplo, pode elevar a demanda por bens e serviços, provocando elevação dos preços, o que representa inflação, caso ocorra para vários produtos. Uma forma de conter esse reajuste dos preços é aumentar a taxa de juros ou os impostos, reduzindo o potencial de consumo da população.

Como instrumentos para elevar a atividade econômica, o PIB, o governo pode ajustar os juros (política monetária), os impostos (política fiscal) e o câmbio (política cambial).

Políticas fiscais visam a equilibrar os tributos (receita) aos gastos do governo. Assim, uma redução permanente da atual da carga de impostos no País só será possível se o governo brasileiro conseguir controlar os seus gastos. Políticas monetárias, por sua vez, utilizam ajustes da oferta de dinheiro em circulação na economia através da taxa de juros, como uma forma de controlar a inflação. Um aumento na taxa de juros implica em redução na oferta de moeda em circulação e, conseqüentemente, redução no consumo das pessoas, inibindo a inflação. Já a política cambial controla a taxa de câmbio para ajustar o saldo da balança comercial (exportações menos importações), por exemplo.

A crise econômica de 2008 e 2009 é um bom exemplo do modo como essas políticas governamentais se relacionam entre si. Para amenizar os impactos, muitos

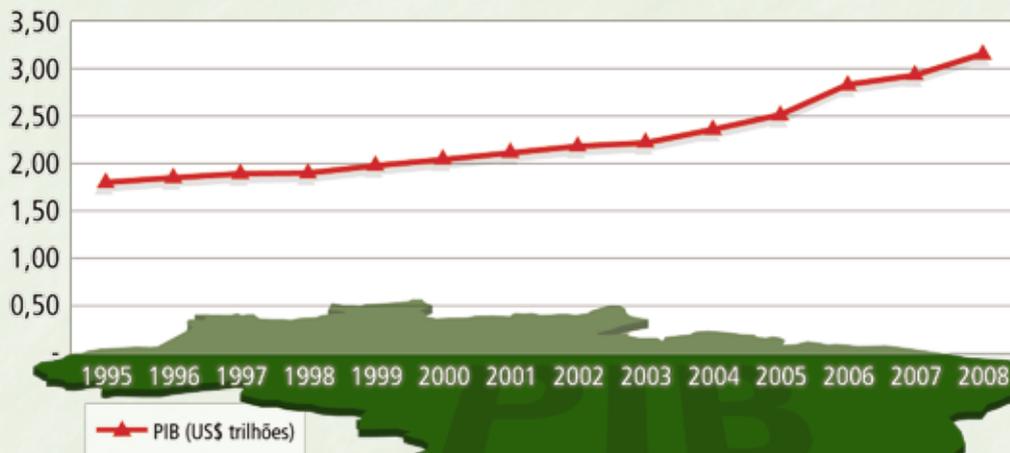
governos adotaram uma política fiscal expansionista – ampliando gastos públicos e reduzindo impostos – aliada a medidas de política monetária – redução da taxa de juros, na tentativa de impulsionar o crescimento econômico. O governo brasileiro se concentrou em estimular o PIB do País através de política fiscal expansionista com o aumento dos gastos do governo e de crédito ao mesmo tempo em que reduziu tributos.

A crise de 2008 e 2009 interrompeu o ciclo de expansão do crescimento econômico mundial dos últimos anos. No Brasil, o impacto negativo foi menor do que em outros países e a previsão é que o PIB nacional em 2009 feche semelhante ou ligeiramente inferior ao de 2008, na casa dos R\$ 3 trilhões, segundo estimativas do mercado.

Já no agronegócio, o resultado de 2009 deve ser negativo. Segundo o Cepea, a queda da atividade do agronegócio (PIB) no acumulado de janeiro a novembro já estava em 5,66% na comparação com o ano anterior. Boa parte desse resultado, segundo a equipe de macroeconomia do Cepea, deve-se à valorização do Real. Ainda que, por um lado, represente insumos mais baratos ao produtor, por outro, o Real forte reduz a receita obtida com exportação. No primeiro semestre em 2009, em especial, período em que o dólar estava valorizado, o que atrapalhava as vendas de produtos nacionais do agronegócio era a baixa demanda de tradicionais clientes (externo) do Brasil, que sofriam com a crise. Fosse por um ou por outro motivo, restava recorrer ao consumidor brasileiro. Ainda que a demanda interna estivesse firme, a oferta elevada de alguns produtos acabou por reduzir seus preços e, com isso, a renda do agronegócio.

PIB BRASILEIRO ALCANÇA R\$ 3 TRILHÕES EM 2008

Evolução do PIB do Brasil em bilhões de R\$ (preço-base = 1995)



Fonte: IBGE/SCN; dados corrigidos para valores de janeiro de 2009 pelo IPCA.

Quem planta qualidade
colhe, *antes*, mais qualidade.



Capitão

Gralha do Campo

Diferenciais:

- Precocidade
- Sabor suave
- Longevidade pós-colheita
- Calibre ideal para o mercado brasileiro

www.eaglesementes.com.br



Sinônimo de qualidade.

TAXA DE dólar desvalorizado reduz a c

Para realizar trocas de mercadorias entre países, utiliza-se uma taxa de câmbio, que representa o preço de uma moeda em relação à unidade monetária de outra moeda. Por exemplo, em fevereiro de 2010, o exportador brasileiro de fruta recebeu, em média, R\$ 1,84 por dólar pago por seu produto. Cada país possui formas diferentes de conduzir o câmbio, que passam entre os extremos de câmbio fixado pelo governo ao flutuante, que é definido pelo mercado.

Atualmente, o Banco Central (BC) brasileiro adota a política cambial flutuante “suja”. Isso significa que o BC deixa que o mercado regule a taxa de câmbio, mas intervém quando necessário para evitar excessiva desvalorização ou valorização da moeda. No passado, o Brasil passou por diversas políticas cambiais, incluindo a de regime cambial fixo e desvalorizações da taxa real de câmbio.

No geral, quanto mais valorizada a moeda de um país, mais favorecida a importação de um bem (que fica mais barato na moeda de quem compra), ao passo que a exportação torna-se limitada (produto fica “mais caro” no exterior). Por outro lado, uma moeda mais valorizada também melhora o poder de compra do consumidor daquele país.

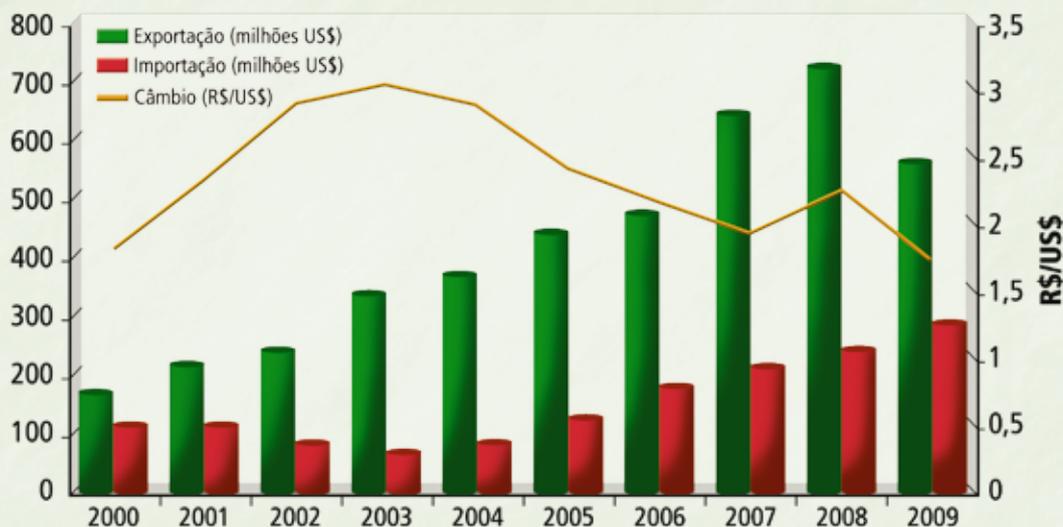
O principal questionamento dos produtores rurais brasileiros no momento é entender as razões da queda do valor do dólar nestes últimos anos. A

resposta é a mesma para a queda de preços de qualquer produto agrícola: o aumento da oferta! No caso do dólar, isso é resultado de uma balança comercial brasileira superavitária (ou seja, se vendeu mais do que se comprou no exterior) favorecida pela alta dos preços de commodities como a soja e as carnes (principalmente até meados de 2008) num período de expansão do comércio internacional. Além disso, a taxa de juros no Brasil é elevada, o que também atrai estrangeiros a investir ou a especular no País. Segundo o Banco Central, as reservas em dólar no País saltaram de US\$ 49 bilhões em dezembro de 2003 para US\$ 240,8 bilhões em janeiro de 2010.

O câmbio influencia diretamente o fluxo de bens e serviços exportados e importados de um país (saldo da balança comercial). O saldo da balança comercial positivo é favorável para a economia do país – principalmente dos em desenvolvimento – porque a entrada de dólares auxilia, por exemplo, a financiar suas contas externas, tornando esses países mais independente e seguro frente a crises econômicas.

No Brasil, a balança comercial vem obtendo sucessivos saldos positivos desde 2002, ou seja, o valor das mercadorias exportadas é superior ao das importadas. O responsável por esse saldo positivo é o agronegócio, cuja exportação supera de longe a importação e compensa o saldo negativo de ou-

Exportações recuam 23% e importações aumentam 17% em 2009



Fonte: Secex

CÂMBIO: competitividade da agricultura



tros setores. Em 2009, segundo a base de dados de exportação do Ministério da Agricultura, o AgroStat Brasil, a partir de informações da Secex/Ministério do Desenvolvimento, o agronegócio gerou superávit em torno de US\$ 55 bilhões de dólares, enquanto a soma dos demais setores da economia, o saldo foi deficitário, em torno de US\$ 30 bilhões. Mesmo com a valorização do Real em relação ao dólar, especialmente entre 2007 e 2009, a balança comercial do agronegócio atingiu valores recordes no período e alcançou seu ápice em 2008, totalizando US\$ 60 bilhões (Secex/Mdic). Isso se deveu à alta dos preços das commodities agropecuárias e ao expressivo volume embarcado para atender o forte crescimento da demanda mundial.

Para 2010, a preocupação é que ocorra uma deterioração da balança comercial total e que o saldo caia de US\$ 25 bilhões (em 2009) para US\$ 10 bilhões, segundo o Boletim Focus do Banco Central de 1º de março. As razões são o forte crescimento doméstico, esperado para ser superior a 5%, aliado ao dólar barato, um verdadeiro estímulo às importações de bens e serviços que deverão crescer em ritmo mais acelerado que as exportações do agronegócio.

Para o segmento fruticultor exportador, o câmbio mais valorizado desses últimos anos está limitando sua competitividade externa – tem tornado a fruta

brasileira mais cara no mercado externo. A previsão da **Hortifruti Brasil** é que o atual nível de câmbio freie novos investimentos em área cultivada e que ocorra uma concentração do número de empresas exportadoras, por conta da baixa lucratividade obtida nos últimos anos.

Em 2009, a receita em dólares com as exportações de frutas recuou 23% e o volume, 24%. Por outro lado, as importações de frutas aumentaram 17% em valor e 22% em volume (Secex). Assim, o saldo entre as exportações e as importações de frutas continuou positivo em 2009, mas foi o menor desde 2004, limitando-se a US\$ 274 milhões. A razão desse desempenho da balança comercial das frutas, no geral, deve-se ao dólar desvalorizado, demanda externa retraída e problemas na qualidade e quantidade de algumas frutas por conta das chuvas.

Para o hortifruticultor que não exporta, o dólar desvalorizado é favorável no sentido de reduzir seus custos de aquisição de insumos e bens atrelados ao dólar. Por outro lado, torna-se negativo ao estimular a oferta tanto de produtos importados quanto de excedentes de exportação, pressionando as cotações internas.

INFLAÇÃO: política monetária limita oportunidades de investimento no agronegócio

Define-se inflação como o aumento contínuo e generalizado dos preços dos produtos e serviços numa economia. O principal problema gerado pelo aumento nos preços é a perda do poder de compra do consumidor. Além disso, as empresas têm dificuldade em se planejar no longo prazo quanto aos seus investimentos, devido à instabilidade econômica gerada pela inflação, reduzindo o potencial de crescimento econômico do País.

A década de 80 marca um período de hiperinflação no País principalmente por conta de uma dívida externa elevada, gerando internamente uma

grave crise fiscal. Em 1989, a inflação foi de 1.700% ao ano, medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas. Até 1993, vários planos econômicos tentando conter a inflação foram posto em prática. Entre 1986 a 1993, houve 4 planos econômicos principais: Cruzado em 1986, Bresser em 1987, Verão em 1989 e Collor em 1990. A eficácia deles em manter a moeda estável foi limitada por um curto período e somente após a implantação do Plano Real, em 1994, é que foi possível, enfim, iniciar um período de estabilidade da moeda.

De 1994 até o início de 1999, o controle da inflação foi realizado através de uma política cambial que manteve o Real valorizado num cenário de abertura externa da economia. O ataque especulativo contra o Real em janeiro de 1999, no entanto, obrigou o governo a alterar a política de controle da inflação e, em junho de 1999, instalou-se o regime de metas de inflação. Essa política se mantém vigente e sua prioridade é que a inflação se situe no alvo (meta) estabelecido pelo Banco Central. Para tanto, esta instituição administra a taxa de juros básica da economia (Selic). Essa taxa é a referência do juro que o governo vai pagar a bancos privados que comprem títulos públicos emitidos justamente com a finalidade de reforçar o caixa do governo. Até fevereiro de 2010, a taxa Selic era de 8,75% ao ano, mas a projeção é de aumento nos próximos meses por conta da ameaça de inflação numa economia com crescimento previsto para mais de 5% no ano.

Assim, a política monetária restritiva conseguiu controlar a inflação mas criou outro entrave econômico: as taxas de juros reais elevadas limitam os investimentos e

o próprio crescimento econômico sustentável de longo prazo.

Segundo os Professores do Departamento de Economia da ESALQ/USP, Geraldo S. de Camargo Barros e Humberto F. Spolador, no artigo intitulado “Os efeitos da política de juros altos sobre o agronegócio”, de 2006, citam um trabalho realizado em 2004 pelo Cepea, considerando dados de 1974 a 2003, no qual mostra o efeito negativo do aumento da taxa de juros sobre o PIB do agronegócio (interessados podem acessar: http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Cepea_artigo_macro10.pdf). Segundo o trabalho, uma política monetária mais restritiva, que eleve em 10% a taxa de juros, tem um efeito recessivo sobre a taxa de crescimento do PIB da agropecuária de cerca de 54%. A razão é o aumento do custo na obtenção de crédito para financiar a produção. Além disso, juros altos reduzem o emprego e a renda do país, contraindo o consumo doméstico dos produtos agropecuários.

Impacto da inflação e dos juros na hortifruticultura

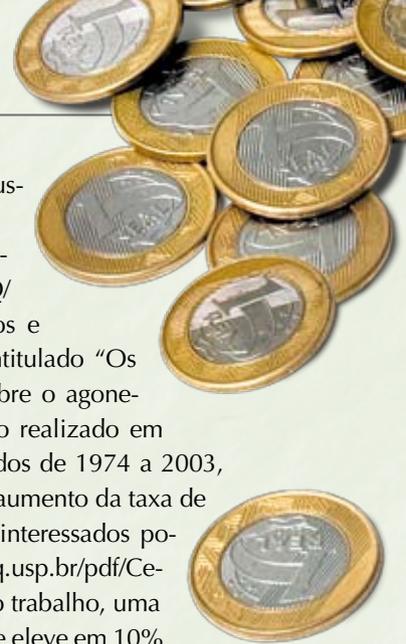
Para o setor hortifruticultor, a redução da inflação aliada à abertura da economia possibilitaram a ampliação e modernização do mercado doméstico, com a oferta de produtos mais diversos que, antes de 1994, não eram viabilizados devido ao baixo potencial de compra do brasileiro. Assim, foi possível introduzir uma gama maior de variedades e de formatos de apresentação, como o processamento mínimo e produtos industrializados, a exemplo dos sucos de frutas. No entanto, um efeito colateral da política monetária restritiva é que o setor hortifruticultor sofre com o acesso limitado a crédito oficial e também das próprias agroindústrias e empresas de insumos, principalmente em comparação com outros setores do agronegócio. Muito deles financiam parte do seu capital a juros de mercado (muito mais elevados que o crédito governamental) e boa parte trabalha somente com capital próprio, limitando os investimentos.

Outro ponto importante a ressaltar nos negócios rurais é a necessidade da mudança gerencial das propriedades rurais em função da evolução da economia. Muitos produtores ainda tomam decisões de investimento com base nas altas inflações e nos desastrosos planos econômicos da década de 80 e início da de 90. Naquele período, a incerteza inflacionária fazia com que os produtores rurais se livrassem rapidamente do “dinheiro em espécie” e investissem em ativos reais, como terra, rebanho e imóveis. O custo de oportunidade do capital investido em bens reais era sempre opção melhor que o rendimento financeiro, principalmente porque era ar-

riscado deixar o dinheiro no banco, sobretudo após o confisco do governo Collor. No presente, ainda que a situação seja diferente, muitos produtores ainda continuam receosos em administrar o dinheiro em espécie e continuam preferindo “se livrar” com a compra de bens reais.

A diferença agora é que, dada a estabilidade da moeda e a elevada taxa de juros real da economia brasileira, o custo de oportunidade do capital investido deve ser incorporado na administração moderna das propriedades rurais. O produtor rural deve considerar que o dinheiro tem valor e imobilizá-lo na aquisição de bens representa um custo. Isso só é aceitável sob o ponto de vista econômico se esse bem/ativo gerar uma receita ao negócio acima de um rendimento financeiro seguro, como a poupança.

Outro ponto importante é o próprio gerenciamento do fluxo de caixa das propriedades rurais. A captação de empréstimos para financiar o caixa deve ser muito bem equacionada; caso contrário, pode comprometer toda a rentabilidade da fazenda, dado o alto valor dos juros a preço de mercado.



Tomate Pizzadoro



A Nunhems desenvolve os melhores tomates para atender aos mercados mais exigentes do mundo. Dentre as variedades está o Pizzadoro, um tomate do tipo italiano, que é campeão em resultados para os nossos clientes. Com uma coloração vermelha-intensa e um sabor inigualável, ele é sucesso na mesa dos consumidores. Aliado a isso, o Pizzadoro possui uma consistência mais firme, que proporciona maior resistência no transporte e maior durabilidade nas gôndolas.

Entre em contato com a nossa equipe e tenha um tomate campeão ao seu lado.

A expectativa para o setor hortifruticultor é positiva na opinião de mais da metade dos nossos leitores que votaram na enquete no Blog da **Hortifruti Brasil** (www.hortifrutibrasil.blogspot.com). A razão, sem dúvida, é ancorada na perspectiva de crescimento de 5,5% da economia brasileira em 2010 e de 4,5% em 2011, segundo o Boletim Focus (08/03/2010). Por outro lado, esse crescimento elevado deve provocar também aumento da taxa básica de juros que implica em juros maiores na captação de crédito não-governamental. A previsão é que a taxa Selic alcance, até o final do ano, 11,25% a.a. Em fevereiro/2010, a taxa básica de juros se mantinha em 8,75%.

Apesar das previsões otimistas de crescimento da economia, os principais ajustes de rentabilidade no setor hortifruticultor devem ser promovidos pela oferta, dada a inelasticidade à renda por produtos hortifrutícolas, ou seja, aumento da renda não significa crescimento considerável do consumo desses produtos. Em 2009, mesmo com economia brasileira estagnada, muitos hortifruticultores obtiveram preço elevado por conta da baixa produtividade das lavouras, que restringiu a oferta do produto. Isso significa que o consumo de frutas e hortaliças no geral cresce, mas não na mesma proporção que o aumento de renda do brasileiro.

Mas, por outro lado, mesmo em situações de menor bonança, o consumidor mantém sua cesta básica de alimentos, e isso inclui a demanda por frutas e hortaliças – até mesmo quando ocorre fortes reajustes de seus preços.

No entanto, a exceção dessa regra de inelasticidade à renda é para frutas de alto valor agregado - como as uvas sem semente, melões nobres e hortaliças de processamento ou de manuseio mínimo -, o aumento da renda do brasileiro favorece as suas vendas. É o mesmo caso do consumidor externo com as frutas brasileiras. Uma retração na renda do consumidor em outros países diminui consideravelmente sua demanda por frutas importadas, que são consideradas bens de luxo. Assim, apesar da melhor perspectiva econômica mundial em

2010 na comparação com 2009, é preciso lembrar que o poder de compra de consumidores dos países mais ricos ainda não se recuperou o suficiente para que seja prevista uma forte retomada das exportações. Um agravante para isso é o atual valor do dólar frente ao Real, que encarece a fruta brasileira no exterior.

Em 2010, o consumidor brasileiro será realmente o foco do setor hortifrutícola, inclusive daqueles que priorizavam suas vendas para o mercado externo. ■

PREVISÕES ECONÔMICAS PARA 2010

Projeções do mercado para o ano de 2010 de acordo com a pesquisa do Banco Central junto às principais instituições financeiras:

PIB

(% a.a. em comparação a 2009)

+5,5%

JUROS

(% aa em dez/2010)

11,25%

INFLAÇÃO

(IPCA - %aa)

+4,99%

DÓLAR

(em dez/2010)

R\$ 1,81/US\$

Fonte: FOCUS (08/03/2010)



SETOR HORTIFRUTICULTOR?

PROJEÇÕES PARA O SETOR HORTIFRUTÍCOLA EM 2010

Área

PREVISÃO: AUMENTO

Em 2010, a expectativa de crescimento é principalmente para as culturas de inverno como batata e tomate, em função da boa rentabilidade no ano passado. Até o momento, para as demais culturas, a previsão é de estabilidade. Não há estimativa de recuo de investimentos em 2010 (em comparação a 2009).

Oferta

PREVISÃO: AUMENTO
(a partir de abril)

A previsão é de produtividade superior em 2010 em comparação com 2009 porque os efeitos do *El Niño* devem perder força a partir de março/abril – com o clima retornando à normalidade.

Custos

PREVISÃO: ESTABILIDADE

A previsão é de que, no geral, não ocorra elevação nos custos. Em 2009, devido às chuvas em excesso em várias regiões e aos reajustes dos insumos, os produtores gastaram mais. Apesar da previsão de menores gastos com insumo, outros itens devem subir, como a mão-de-obra, estimulada pelo aumento do salário mínimo.

Exportação

PREVISÃO: LIGEIRO AUMENTO

A previsão é de pequeno aumento nas exportações em 2010 por conta da expectativa de melhor qualidade e produtividade. Mas, fatores como dólar depreciado e consumo externo ainda retraído limitam uma expectativa de franca recuperação das exportações em 2010.

Rentabilidade

PREVISÃO: ESTABILIDADE

No geral, a previsão é de rentabilidade similar à do ano passado, mesmo com a previsão de maior oferta de hortifrutícolas. A razão é que, de um lado, o preço médio pode ser inferior, mas o custo também deve reduzir, por conta da melhor produtividade das lavouras.

SIM HF. Solução Integrada Milenia Hortifrutí.



MILENIA
Soluções que valorizam a vida



INSETICIDAS



HERBICIDAS



FUNGICIDAS



AVANÇADAS



ADJUVANTE

